



**GESTÃO EDUCACIONAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? ANÁLISE DOS  
MOVIMENTOS DE SENTIDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
MARIA**

Graziella de Camargo da Costa<sup>1</sup>

Anthony Scapin Eichner<sup>1</sup>

João Francisco Lopes de Lima<sup>1</sup>

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado que está em andamento, portanto, trata-se de um recorte do que está sendo produzido. A pesquisa tem como *locus* os Cursos de Pedagogia (diurno e noturno) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul/RS. Neste trabalho, tem-se como objetivo geral analisar os sentidos de Gestão Educacional expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia (diurno e noturno) da UFSM. Essa licenciatura ocupa-se não apenas da formação inicial de professores/as. Destina-se, ainda, à formação de gestores/as educacionais, que podem atuar em ambientes escolares e não escolares.

Aplicou-se a Análise dos Movimentos de Sentidos<sup>2</sup> (AMS) para orientar o estudo documental dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC). O acesso a esses PPCs deu-se pelo *site* oficial da Universidade. Escolheu-se como fundamento teórico-metodológico a AMS por se tratar de “[...] uma proposta de base dialética, que visa estudar, considerando a totalidade social, em um processo investigativo que se movimenta do particular para o geral e deste para o específico, analisando, a todo o momento, os sentidos evidenciados em relação aos fenômenos” (Braidó *et al*, 2023, p. 9).

Diversas Políticas Públicas Educacionais moldaram o Curso de Pedagogia, desde seu surgimento, com o Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, no período conhecido como

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Fundamento teórico-metodológico criado pelo Kairós: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas situado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



Estado Novo (1937-1945) do Governo de Getúlio Vargas, que iniciou em 1930. Esse Decreto institucionaliza a Faculdade Nacional de Filosofia e cria o Curso de Pedagogia. O Curso de Pedagogia, inicialmente em bacharelado, teve a licenciatura como um apêndice, um Curso facultativo e complementar de Didática, com duração de um ano. Esse Curso complementar poderia ser frequentado após a conclusão do bacharelado, que durava três anos. Em 1969, via Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 252 de 11 de abril de 1969 e da Resolução do CFE n. 2 de 12 de maio de 1969, o Curso de Pedagogia passou a ser ofertado somente como licenciatura. Apesar dessa característica, em sua organização curricular priorizou-se a oferta das chamadas habilitações pedagógicas, mantendo a formação docente como aspecto complementar e destinada ao trabalho como professor/a no Curso Normal e, posteriormente, no Curso de Magistério (Brasil, 1969a; 1969b). Somente com a Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCNCP), a designação do Curso como licenciatura foi reafirmada, porém ocorreu um redirecionamento do Curso quanto às suas finalidades formativas. Diz o texto legal que o Curso de Pedagogia, a partir de então:

*[...] destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos [...]* (Brasil, 2006, Art. 4º - grifo nosso).

O direcionamento do Curso de Pedagogia, segundo a DCNCP de 2006, é a formação de professores/as, de modo especial para o trabalho nas etapas iniciais da Educação Básica. A função de preparar professores/as para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, historicamente era feita pelo Curso Normal e, depois da Reforma do Ensino, pela Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, pelo Curso de Magistério. Esses cursos eram ligados à Escola Secundária. Com o advento da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei n. 9.304, de 20 de dezembro de 1996, surge a expectativa legal de que professores/as também das etapas iniciais da Educação Básica tivessem formação superior. Essa medida “[...] preserva a centralidade da docência como fundamento do curso, por ser uma licenciatura e, ao mesmo tempo, projeta outras possibilidades de trabalho dos(as) pedagogas(os)” (Costa, Braidó, Ferreira, Lima, 2024, p. 189). Com isso, o que antes era especificado nas habilitações pedagógicas como Administração, Supervisão e Inspeção Escolar, além de Orientação Educacional, passa a ser designado pelo amplo termo chamado

“Gestão Educacional”. O que se verifica é que a formação para atividades ligadas ao planejamento, execução e avaliação dos projetos pedagógicos dos espaços escolares e não escolares, nas legislações anteriores, era tratada como uma função técnica que demandava uma formação específica. A partir das DNCP/2006, ficou subsumida numa ideia ampla em que o preparo profissional para essas atividades seria contemplado pela formação para a docência. Os componentes antes atendidos pelas habilitações pedagógicas tornam-se secundarizados, com uma designação genérica expressa no texto legal a esse respeito: “[...] As atividades docentes *também compreendem* participação na *organização e gestão de sistemas e instituições de ensino* [...]” (Brasil, 2006, Art. 4º - parágrafo único - grifo nosso).

Ao perder especificidade e ficar secundarizada, a formação para as atividades do/a pedagogo/a ligadas à “Gestão Educacional” nos espaços educativos feita nos Cursos de Pedagogia varia muito. A oferta de disciplinas específicas, a existência de estágio na área, o percentual de carga horária destinada a esse preparo profissional não tem uma especificação legal. Nesse contexto situa-se essa investigação: entender como se configura essa formação nos Cursos de Pedagogia da UFSM e analisar os sentidos de Gestão Educacional que os PPCs evidenciam.

Os Cursos de Pedagogia (diurno e noturno), *locus* de análise, estão presentes em uma universidade pública no interior do RS, a UFSM. Hoje, conta-se com três Cursos de Pedagogia na instituição, na modalidade presencial (diurno e noturno) e na modalidade à distância (EaD)<sup>3</sup>. O Curso de Pedagogia diurno foi criado em 1970. Em comparação, o Curso de Pedagogia noturno levou 36 anos para ser implementado, em 2006, organizado no mesmo ano da publicação das DCNCP. Os Cursos de Pedagogia presenciais da UFSM estão organizados curricularmente em carga horária total de 3.230 horas (diurno) e 3.245 horas (noturno), sendo 15 horas de diferença entre os Cursos. Os PPCs foram atualizados em 2019 e ainda estão vigentes.

Fez-se uma busca da ocorrência dos termos “Gestão Educacional” e “Gestão” nos dois PPCs. No Curso de Pedagogia diurno, o termo “Gestão Educacional” apareceu somente uma vez. Para ampliar a consulta, fez-se a busca somente com o termo “Gestão” em uma segunda busca, que resultou em 20 ocorrências. Em nenhuma dessas vezes é descrito o entendimento do Curso sobre Gestão. No Curso de Pedagogia noturno, o termo “Gestão Educacional” esteve presentes duas vezes, ambas em citações de Políticas Educacionais. O termo “Gestão”

---

<sup>3</sup> Priorizou-se a análise dos Cursos de Pedagogia presenciais nesta pesquisa.



foi repetido 17 vezes. Em nenhuma destas situações encontra-se uma descrição do que se entende por Gestão neste Curso.

Além disso, buscou-se nas matrizes curriculares dos Cursos quais os componentes curriculares são específicos sobre Gestão Educacional. A verificação identificou que nos dois PPCs ocorre a presença de duas disciplinas específicas sobre Gestão. Uma delas intitulada “Políticas e Gestão das Modalidades Educativas A” com carga horária total de 60 horas totais, sendo 45 horas destinadas às atividades teóricas e 15 horas para atividades práticas. Essa disciplina apresenta como objetivo “Conhecer os movimentos sociais que originaram as políticas de educação das modalidades educativas. Analisar as possibilidades de inclusão social nas ações de gestão a partir da implementação das modalidades educativas” (UFSM, 2019a, 2019b). Ela ocorre nos dois Cursos e possui objetivos idênticos. No Curso de Pedagogia diurno essa disciplina é ofertada no 7º semestre e, no Curso de Pedagogia noturno, é ofertada no 4º semestre. Além de o objetivo ser o mesmo, na bibliografia básica também constam os mesmos autores. A outra disciplina sobre Gestão é denominada “Gestão da Educação Básica” e também ocorre em ambos os Cursos. Nesta, o objetivo principal é “Compreender os processos de gestão da Educação Básica no Brasil, suas concepções, princípios e mecanismos, no sentido de contextualizar a escola como espaço democrático de práticas políticas e pedagógicas” (UFSM, 2019a, 2019b), com carga horária total de 60 horas totais, sendo 45 horas para atividades teóricas e 15 horas destinadas às atividades práticas. A oferta, no Curso de Pedagogia diurno, é no 5º semestre e, no Curso de Pedagogia noturno, é ofertada no 10º semestre.

Além disso, verifica-se que há conteúdos que de uma forma ou outra contribuem para a formação em Gestão Educacional de modo indireto, como as que tratam sobre legislação do ensino, políticas educacionais e conteúdos específicos como financiamento da Educação Básica. Os estágios supervisionados estão totalmente destinados à docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Destaca-se a importância da presença dessas disciplinas, ainda que escassas, em Cursos de Licenciatura em Pedagogia por se tratar de uma formação que faculta aos/as egressos/as desenvolver atividades de Gestão Educacional. Aguiar (2006) ressalta a necessidade dos demais Cursos de licenciatura proporcionarem componentes curriculares sobre Gestão. A autora destaca que estudar a Gestão requer entender o seu contexto histórico e que isso,



[...] constitui um aspecto fundamental nos cursos de Pedagogia, e também, nos demais cursos de Licenciatura, tendo em vista que a escola e outras instâncias do sistema educacional constituem o espaço primordial da atuação do profissional da educação (Aguiar, 2006, p. 207).

A reflexão proposta por Aguiar (2006) sinaliza a necessidade de compreender a Gestão para além do aspecto institucional geral. A gestão pode estar situada em múltiplas dimensões do trabalho realizado nos espaços escolares e não escolares.

Chega-se ao fim, não como ponto final de uma pesquisa, mas de um texto resultante de uma análise em um determinado contexto histórico. Então, não é um fim de despedida, já que o trabalho será continuado com a análise de outros PPCs em outras instituições de ensino superior.

O objetivo principal deste resumo foi analisar as expressões de Gestão Educacional nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia (diurno e noturno) da UFSM. A análise foi realizada com base na AMS, nos permitindo identificar as aproximações e/ou distanciamentos dos movimentos de sentidos de Gestão nos Cursos. As aproximações estão evidenciadas no fato das mesmas disciplinas com carga horária e objetivos idênticos, em ambos os Cursos de Pedagogia analisados. Com isso, esses Cursos de licenciatura priorizam uma compreensão comum das Políticas Públicas Educacionais, da organização do sistema educacional e da influência do contexto histórico a partir da implementação das modalidades na mesma instituição. Com isso, entende-se que a formação inicial desses futuros professores/as e gestores/as será para entendimentos do geral da Gestão para depois entender o específico presente neste ambiente. Como distanciamentos, entende-se que os Cursos de Pedagogia analisados foram criados em diferentes anos, o Curso diurno em 1970, época do Brasil que a Educação estava sendo usada para a modernização do país e a gestão tecnicista presente nos ambientes escolares e não escolares. O Curso de Pedagogia noturno foi institucionalizado em 2006. A criação de um Curso de licenciatura noturno possibilita os/as trabalhadores/as a oportunidade de estarem aprimorando os seus conhecimentos para atuar no mercado de trabalho mais qualificados. Os Cursos de Pedagogia analisados não possuem estágios obrigatórios na Gestão. Os estágios são destinados para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Mas, como proporcionar vivências práticas de situações que um estágio sobre Gestão pode proporcionar? Como são as horas práticas





destinadas aos componentes curriculares? São para o discente vivenciar na prática conhecimentos para o aprofundamento teórico?

A análise para este resumo termina com mais dúvidas do que respostas, mais questões a serem analisadas e estudadas. Essas questões estão direcionando a um aprofundamento teórico para análise e cotejamento dos dados a serem analisados, mobilizando ainda mais a produção científica e as buscas destas respostas para a Dissertação de Mestrado que vem sendo realizada. Portanto aqui é um fim, que não é um fim da pesquisa sobre o tema mas a possibilidade de começar e fazer o novo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 06 de abr. de 1939. Seção 1, p. 7929. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer n. 252, de 11 de abril de 1969**. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, n.100, p. 101-17, 1969a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb\\_Art64.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb_Art64.pdf). Acesso em 26 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 2, de 12 de maio de 1969**. Fixa o currículo mínimo do curso de Pedagogia e sua duração. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 21 de maio de 1969. Seção 1, p. 4313. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2006>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRAIDO, Luiza da Silva; ANDRIGHETTO, Marcos José; DRESSLER, Marlize; SIQUEIRA, Silvia de; SILVEIRA, Rozieli Bovolini; Ferreira, Liliana Soares. Análise dos Movimentos de Sentidos na pesquisa em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, e280087. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/h8Ttr5DRdqZpCqnqQZsjz5r/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

COSTA, Graziella de Camargo da.; BRAIDO, Luiza da Silva; FERREIRA, Liliana Soares; LIMA, João Francisco Lopes de. Sentidos de Trabalho em Cursos de Pedagogia de Instituições Públicas na Região Sul do Brasil. In: PORTELINHA, Angela Maria Silveira; BRAIDO, Luiza da Silva; ORZECOWSKI, Suzete Terezinha (Orgs). **Dimensões**



SEMINÁRIO NACIONAL DE PEDAGOGIA

Pedagogia do tempo presente: a tradição e a busca por outros horizontes

**formativas de Cursos de Pedagogia da Região Sul do Brasil.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2024. p.186-210.

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Gestão da Educação e a Formação do Profissional da Educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 5º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006. p.193-210.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Santa Maria/RS, 2019a. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/>. Acesso em: 15 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Santa Maria, 2019b. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/pedagogia-noturno/>. Acesso em: 15 maio 2025.